

**O CONCEITO DE VERBO
NAS GRAMÁTICAS DO SÉCULO XIX**

Cleide Bezerra de Melo (UFF)
cleidemelo@id.uff.br

RESUMO

O presente artigo é parte da pesquisa de mestrado, que se encontra em andamento, e cujo objetivo principal é investigar o tratamento dado ao verbo, sobretudo a transitividade verbal no eixo da gramaticografia brasileira do século XIX. O trabalho pauta-se nas teses de Historiografia Linguística de Koerner (1989), nas doutrinas de Auroux (1999) e Swiggers (2014). No plano metodológico, busca-se seguir os caminhos dos estudos de periodização por Cavaliere (2002), sobretudo os períodos intitulados racionalista e científico, a fim de analisar as descrições do verbo em duas obras representativas de cada um desses modelos. Espera-se contribuir para um melhor entendimento do percurso gramatical brasileiro do século XIX.

Palavras-chave:

Sintaxe. Verbo. Historiografia Linguística. Século XIX.

RESUMEN

Este artículo es parte de la investigación del Maestría, que está en progreso, y cuyo objetivo principal es investigar el tratamiento dado al verbo, sobre todo la transitividad verbal en el eje de la gramaticografía brasileña en el siglo XIX. El trabajo se basa en las tesis de la historiografía lingüística de Koerner (1989), Auroux (1999) y Swiggers (2014). A nivel metodológico, buscamos seguir los caminos de los estudios de periodización de Cavaliere (2002), especialmente los períodos titulados racionalista y científico, para analizar las descripciones del verbo en dos obras representativas de cada uno de estos modelos. Se espera que contribuya a una mejor comprensión de la evolución gramatical brasileña del siglo XIX.

Palabras clave:

Sintaxis. Verbo. Historiografía Lingüística. Siglo XIX.

1. Considerações iniciais

O verbo é um tema instigante e muito complexo, tendo em vista a diversidade de questões que devem ser analisadas, por exemplo, as regências verbais, o uso de preposições associadas ao mesmo verbo, a mudança no sentido verbal, entre outras questões, portanto, são investigações que devem ser feitas ao longo da pesquisa. Neste artigo, no entanto, deseja-se tão somente, apresentar a conceituação dessa categoria na produção gramatical de Júlio Ribeiro e Sotero dos Reis, dois filólogos repre-

sentantes da descrição gramatical do século XIX. Essa abordagem se pautará nas teses de Konrad Koerner (2014), que traz orientações dos princípios de Historiografia Linguística; em Auroux (1999), cuja tese evidencia o conhecimento e o estudo do fenômeno da gramatização e em Swiggers (2014), pois sua doutrina é o suporte teórico necessário a quem deseja fazer uma análise adequada de documentos antigos. Para compreender os períodos das produções gramaticais, recorreremos a Cavaliere (2002), que apresenta uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil, assumindo quatro momentos da produção linguística brasileira, não obstante, focaremos em dois, o racionalista e o científico.

Entendemos que trabalhar com o texto antigo requer, não somente disciplina, mas sobretudo o prazer no fazer histórico, portanto a confiança de estar no caminho certo soma-se à reflexão que nos estimula Swiggers com suas palavras: “A historiografia linguística faz perguntas linguisticamente relevantes sobre as “práticas historicamente relacionadas à linguagem”: assim, historiógrafos da linguística podem, ou devem oferecer *insights* aos linguistas interessados “no que estão fazendo” (SWIGGERS, 2010, p. 3). Dessa forma, esperamos contribuir de maneira adjetiva aos estudos filológicos do Brasil.

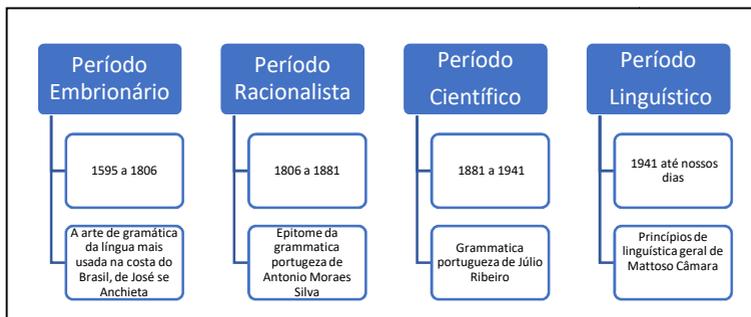
2. Periodização dos estudos linguísticos proposta por Ricardo Cavaliere

Ao propor uma periodização dos estudos linguísticos no Brasil, Cavaliere julga necessário refletir sobre o que pode ser ou não considerado um texto linguístico brasileiro para efetiva definição desse objeto. Para isso, o autor apresenta dois caminhos: o primeiro, diz respeito ao *critério ratióne loci*, que considera a publicação do texto dentro das fronteiras nacionais, independentemente da sua autoria, ou seja, seguindo este princípio os textos publicados no Brasil por estrangeiros devem ser considerados nacionais. O outro é o critério *ratióne auctoris*, que confere nacionalidade aos textos escritos por linguistas ou filólogos brasileiros. A adoção de um desses critérios não contemplaria algumas outras questões que são importantes considerar em relação ao texto linguístico, por exemplo, se este deve se tratar de Linguística Geral ou especificamente de língua vernácula e se tratar-se de língua vernácula, se seria considerada a língua vernácula estrangeira publicado no Brasil ou não. Ao analisar essa complexidade, Cavaliere decide assumir outro critério, o *ad hoc*, considerando texto linguístico brasileiro aquele que se tratar de Linguística Geral, Filologia, língua vernácula nacional ou língua não oficial falada em terri-

tório nacional.

No que se refere à nacionalidade, Cavaliere assume o critério *ratione loci* como a melhor opção para delimitar os períodos linguísticos propostos, o que justifica o fato dele estabelecer como marco inicial do primeiro período, a publicação da obra de José de Anchieta, a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, cuja primeira edição é de 1595, ano em que se inicia o período embrionário, termo que o autor pede emprestado a Antenor Nascentes (NASCENTES, 1939). O quadro completo da periodização proposta por Cavaliere apresenta o nome dado a cada período, ano de duração e o marco inicial de cada período.

Quadro 1: Periodização dos estudos linguísticos no Brasil.



Fonte: Cavaliere (2014, p. 49).

Dentre os quatro períodos apresentados, temos como foco o racionalista e o científico, por se situarem no século XIX, momento histórico em que foram produzidas as gramáticas que são nosso objeto de estudo. Seguem-se, desse modo, na próxima seção, as exposições mais detalhadas desses dois períodos.

3. *Período Racionalista (1806–1881)*

O Epítome da Grammatica portugueza do Antonio Moraes Silva (1806) inaugura o período racionalista, obra considerada de grande importância para a gramaticografia brasileira, “sobretudo em face da bem fundamentada base teórica na descrição do vernáculo” (CAVALIERE, 2014, p. 60). Não obstante seja reconhecido nos meios filológicos como lexicógrafo, sua atividade como gramático é de alta relevância, por con-

tribuir com a descrição sistêmica do português, sua preocupação com a solução de questões ortográficas²³⁰ confere originalidade em sua obra. Segundo Cavaliere, Morais Silva apresentou propostas concernentes ao emprego do dígrafo, sempre em busca de um plano ortográfico mais simples e fiel ao princípio da boa estratégia pedagógica.

O início do século XIX é marcado pelo florescimento do pensamento linguístico nacional brasileiro. No plano educacional, os investimentos público e privado eram totalmente precários, havia algumas instituições de ordens religiosas, sob amparo de suas províncias. O ensino superior era limitado a filhos de portugueses abastados, que gozavam do privilégio de ingressar nos cursos universitários da Europa.

Na segunda década do período imperial, segundo Cavaliere (2014), surgiram algumas escolas de bom nível, o ensino superior, com as faculdades de Direito e Medicina e, de maneira geral, pode-se afirmar que houve certo crescimento cultural no Brasil. No Rio de Janeiro, no entanto, a estrutura social só apresentou um suave crescimento, a partir da terceira década do século XIX, com a criação da Biblioteca Nacional (1814), Real Teatro de São João (1813), Fundação da Academia de Belas Artes (1816), Criação do Arquivo Público, Fundação do Colégio das Educandas, aumento do número de livrarias, Teatro São Pedro de Alcântara, Fundação do Museu e Gabinete de História, Imperial Seminário de São Joaquim criado em 1739 (que se tornaria o Colégio Pedro II, no 2º reinado). Essas benfeitorias culturais foram moldando o panorama intelectual da época.

No que se refere ao ensino da língua, cabia às províncias a responsabilidade pelo desenvolvimento intelectual local, em nível elementar de escolaridade. Com a implementação do ensino elementar, surgem volumosas produções gramaticais do português para o uso em sala de aula. É especialmente nas províncias do Norte e do Nordeste que ocorre uma expressiva atuação de filólogos em suas produções gramaticais, sobretudo, na primeira década da pós-independência. Na Corte, entretanto, esse cenário irá se configurar, somente a partir da segunda metade dos oitocentos.

²³⁰ Segundo Cavaliere, dentre os temas ortográficos, “Morais Silva confere interessantes formações de ordem sociolinguística ao pesquisador, como, por exemplo, a que adverte sobre o uso do dígrafo *ch* como grafema de “xê” e de “kê”, dando conta de que tal flutuação de uso é própria da ‘linguagem chula’. Assinala ainda o emprego do trema sobre os grupos *gue, gui, que, qui* para marcar a pronúncia do *u*” (CAVALIERE, 2014, p. 66).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A língua, nesse contexto, era entendida como um traço de identidade lusitano, mediante o ensino da norma gramatical predominante nos textos literários portugueses. Os filólogos, conscientes dos valores culturais importados da Europa os transmitem à sociedade que emergia intelectualmente.

Segundo Cavaliere (2014), além do Epítome de Antônio Morais Silva ser considerado uma obra importante do período racionalista, destaca-se também por ser a primeira tentativa de uma descrição sistêmica do português feita por um brasileiro. Outras obras importantes, que se sobressaem neste período, são os trabalhos de Frei Caneca e *A Arte da Gramática portuguesa* (1816), do padre Inácio Felizardo Fortes.

A doutrina contida na gramática racionalista partia da concepção de que a língua era fruto da capacidade humana em obter o raciocínio lógico, com o seguinte pensamento: se o homem possui a capacidade de raciocinar e se esse atributo era comum a todos os homens, então haveria de compreender a língua, fruto da razão, dotada de elementos universais. A gramática filosófica buscava reconhecer na língua os princípios genéricos que estão na concepção da razão humana. A metalinguagem gramatical usada na gramática racionalista, conforme as informações de Cavaliere (2014), expressava esses princípios genéricos, por exemplo, o termo “juízo” era usado para expressar o conteúdo semântico, o “substantivo” expressava a palavra através do conteúdo ontológico das coisas, o “atributo” expressava o valor dos adjetivos e o “verbo” era entendido como a palavra que encerrava a substância de toda e qualquer ação humana, por isso os racionalistas adotavam o termo verbo substantivo.

As produções ocorridas no Maranhão são muito significativas para a docência do português, há um volume considerável de produções pedagógicas publicadas principalmente pelo “grupo maranhense” de gramáticos, como ficou conhecido. Em 1829 vem a lume a *Gramática elementar da língua portuguesa* de Felipe Benício de Oliveira Conduru e, em 1844, o *Breve Compêndio de gramática portuguesa* de Henrique de Albuquerque.

Essas gramáticas tratavam os fatos gramaticais sob o ideário da gramática racionalista que se difundiu na Europa até o final do século XVIII. A *Gramática filosófica da língua portuguesa* de Jerônimo Soares Barbosa (1822) serve de modelo aos autores dessa corrente, que é embasada na gramática de Port Royal (1660).

A obra brasileira de maior destaque dessa corrente, contudo, é a

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Gramática de Sotero dos Reis, publicada em 1866, seguindo a ordem vernaculista europeia de divisão da matéria gramatical em quatro partes: etimologia, sintaxe, ortografia e prosódia. No que tange a essa estruturação, Sotero descreve assim:

Divide a Grammatica em quatro partes, que são: Etymologia é a parte da Grammatica que ensina a conhecer a natureza da origem das palavras. Syntaxe é a parte da Grammatica que ensina a coordenar as palavras e as proposições. Orthographia é a parte da Grammatica que ensina a escolher as palavras corretamente. Prosodia é a parte da Grammatica que ensina a pronunciar as palavras correctamente. (REIS, 1887, p. VIII)

Após essa exposição, Sotero diz que a composição de sua gramática dá mais ênfase ao estudo da etimologia e ao da sintaxe do que ao da ortografia e da prosódia, porque as primeiras constituem a base da ciência gramatical e as duas últimas são eminentemente práticas.

Os gramáticos do grupo maranhense primavam pela publicação de trabalhos de pudessem ser úteis ao professor de português em sua tarefa docente. Sotero chegou a onze edições da Gramática portuguesa acomodada aos princípios gerais da palavra (1866), ele “contribuiu para a edificação de um perfil próprio aos nossos compêndios gramaticais, talvez por haver auferido maior projeção e êxito editorial do que seus pares.” (CAVALIERE, 2014, p. 55)

4. Período científico (1881–1941)

O século XIX é marcado por um novo pensamento linguístico, época em que ocorrem muitas transformações culturais, sociais, econômicas, políticas e históricas, por exemplo, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808, a Independência do Brasil em 1822, a abolição da escravatura em 1888, a Proclamação da República em 1889, sem contar as inúmeras revoltas e rebeliões ocorridas no período das regências (1831–1840). Além desses acontecimentos, ocorreram os fluxos migratórios de estrangeiros e diversas mudanças, sobretudo educacionais, momento em que D. João VI inicia o processo de desenvolvimento intelectual no país, estendendo-se ao período imperial, posteriormente.

Os ideais do então período científico, contudo, florescem na década de oitenta dos oitocentos, dando surgimento à gramaticografia nacional, inaugurada por Júlio Ribeiro, em 1881, a partir da publicação de sua *Grammatica portugueza*. O momento é de uma inovação singular da corrente evolucionista de August Schleicher, tendo a ver com as ideias de

Darwin em relação aos estudos linguísticos.

A concepção dos autores desse período partia da ideia de que a língua seguia um ciclo como o dos seres vivos (nascimento, desenvolvimento, crescimento e morte). Sobre esse pensamento Cavaliere assevera que:

Contribuíram para uma mudança de atitude as então recentes teses sobre o evolucionismo linguístico, em que despontam os textos de Schleicher, que buscavam trazer, para a investigação acerca da natureza das línguas os princípios darwinistas sobre a evolução dos seres vivos, a par da metodologia inovadora, proposta por nomes como Schlegel, Whitney e Max Müller. Surge, enfim, um novo olhar sobre a gramática, em que o objeto, o fato gramatical, deixa de ser contemplado para ser analisado. (CAVALIERE, 2002. p. 111)

No contexto histórico do final das duas últimas décadas do século XIX e das primeiras do século XX, o paradigma da linguística que monopolizava as atenções era o da gramática histórico-comparativa, que concebia a língua como um organismo vivo. Esse novo pensamento confere mudanças em vários campos da ciência, dando lugar às inovações tecnológicas, surgem o telegrama sem fio, o telefone, a imprensa ilustrada, o rádio, o cinema, o bonde, os meios de transportes, a aviação etc. A aplicação dessas ideias modernas, por conseguinte, se reflete nas gramáticas que seguirão as novas tendências gramaticais, ou seja, a análise do fato linguístico, conforme a descrição de Ribeiro na introdução de sua gramática: “A gramática não faz leis e regras para a linguagem; expõe os fatos dela, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade.” (RIBEIRO, 1885).

Com o advento da gramática científica, baseada nos fatos gramaticais, nesse final do século, a gramática filosófica perde o seu caráter de modelo. Júlio Ribeiro define gramática como “a exposição metódica dos fatos da linguagem” (RIBEIRO, 1885), ou seja, a língua não é mais arquitetura mental, massim responsável por analisar a si mesma.

5. Bases Teóricas nos Fundamentos de Historiografia Linguística

A Historiografia Linguística (HL), grosso modo, é um campo da ciência da linguagem que se propõe a contar a história da linguagem ao longo do tempo. Essa breve conceituação pode ser mais elaborada, por isso recorremos a Swiggers que nos apresenta a seguinte explicação: “A historiografia linguística é o estudo interdisciplinar do curso evolutivo do

conhecimento linguístico” e ela “oferece uma descrição e uma explicação da história contextualizada das ideias linguísticas” (SWIGGERS, 2010, p. 2). É por meio dos princípios dessa teoria, portanto, que são feitas as análises do *corpus* da pesquisa em curso, bem como as descrições do verbo presente neste artigo.

Com o intuito de entender as bases e princípios da HL, a leitura de um texto clássico de Konrad Koerner foi fundamental para dar início ao trabalho. Em seu texto intitulado *Quatro décadas de Historiografia Linguística: estudos selecionados* (2014), o autor discute ideias e práticas científicas enfocando alguns pensadores e suas respectivas produções realizadas no campo linguístico. Neste texto, ele apresenta as razões pelas quais a história da linguística deve ter um lugar dentro da própria disciplina e que ela deve ser uma atividade fundamentada em princípios bem definidos, “que podem competir, em termos de solidez do método e rigor de aplicação, com os da própria linguística” (KOERNER, 2014, p. 23). Este tipo de escrita, ao qual ele se refere, trata-se da historiografia baseada em princípios delimitados por ele que serão apresentados mais adiante. São esses preceitos que permitem ao trabalho historiográfico uma leitura adequada das descrições dos autores que nos propusemos a estudar.

A atividade do historiógrafo da Linguística se materializa em documentos escritos do passado linguístico e de recortes de determinados períodos históricos, portanto impõe determinadas exigências à formação acadêmica de seus seguidores indispensáveis a seu ofício, como o de evitar o *whig*²³¹ da história, no entanto outros fatores também devem ser considerados, por exemplo, um bom preparo intelectual e um profundo conhecimento de um saber que, no dizer de Koerner é “quase que enciclopédico por parte do pesquisador” (KOERNER, 2014, p. 47).

Uma investigação historiográfica deve considerar não somente os documentos que falam sobre a linguagem, no caso desta pesquisa, as gramáticas a serem analisadas, mas também todo o seu entorno, uma vez que o historiógrafo deve observar todo o contexto histórico em que uma obra linguística foi desenvolvida. Esse é um dos motivos pelos quais buscamos informações sobre o contexto histórico, político e social em que as obras foram produzidas. Uma leitura atenta deve considerar o

²³¹ Segundo Koerner (2014), Hebert Butterfield chamou de interpretação “whig histories” os trabalhos tendenciosos e partidários que descartam o contexto histórico da época em que se investiga.

clima de opinião do surgimento ou da rejeição de ideias num dado momento da história, para que haja reconstrução efetiva desse pensamento. Considerar “o clima de opinião” possibilita compreender, de maneira fidedigna, o contexto intelectual geral em que as teorias se desenvolveram, para isso o estudo deve ser inteiramente desvinculado, cronológica e biograficamente, das escolas passadas do pensamento filosófico. O conceito de opinião é “particularmente útil para traçar a atmosfera intelectual de um dado período em que certas ideias floresceram, foram recebidas ou rejeitadas” (KOERNER, 2014, p. 50).

Há inúmeros exemplos de relatos históricos, segundo Koerner, sobre ideias de séculos passados mal compreendidas, devido à falta de cuidado do autor no uso da metalinguagem, o que pode acarretar consequências problemáticas.

Diante da necessidade de um método eficaz que pudesse evitar equívocos como os que foram expostos aqui, Koerner propõe três princípios metodológicos. Esses são os princípios que norteiam as interpretações que fazemos das obras. O primeiro princípio é o da contextualização, que consiste em apresentar as teorias linguísticas propostas em períodos antigos, tendo a ver com o estabelecimento do “clima de opinião” geral do período investigado. É importante salientar que as ideias linguísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período em que surgiram, portanto, o historiógrafo deve atentar-se às influências do pensamento que envolve o momento histórico em questão. O segundo é o “princípio da imanência”. Neste princípio, o historiógrafo deve tentar estabelecer uma compreensão completa do texto, tanto do ponto de vista histórico como crítico, talvez até mesmo filológico. Deve-se observar a obra e o respectivo autor em análise e evitar, da forma mais distante quanto possível, o olhar contemporâneo, ou seja, deve-se analisar o pensamento linguístico de forma fidedigna ao conteúdo, tal como ele se define. O quadro geral da teoria a ser investigada, assim como a terminologia usada no texto devem ser definidos internamente e não em referência à doutrina linguística moderna. O terceiro é “princípio da adequação” que deve ser realizado somente após os princípios anteriores. A partir dessa fase, poderão ser introduzidas as aproximações modernas do vocabulário técnico e do quadro conceptual apresentado na obra em estudo. O investigador, entretanto, deverá dar as devidas explicações pertinentes aos conceitos, às traduções ou a quaisquer outras adequações realizadas por ele. Ele também deverá alertar o leitor para o fato de ter feito aproximações terminológicas ou de qualquer outra natureza,

que tenham sido introduzidas por ele, ou seja, “deve ser explícito e preciso no que respeita àquilo que na realidade está a fazer” (KOERNER, 2014, p. 59).

6. Base teórica nos fundamentos da gramatização de Auroux

A pesquisa pauta-se nas concepções de Sylvain Auroux (1992), no que tange à gramatização, definida pelo autor como “o processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnológicas, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65).

O processo de gramatização é considerado por Auroux uma revolução na história da humanidade: “trata-se propriamente de uma revolução tecnológica que não hesito em considerar tão importante para a história da humanidade quanto a revolução agrária do Neolítico ou a Revolução Industrial do século XIX” (AUROUX, 1992, p. 9).

Esses dois artefatos (gramática e dicionário) que visam a instrumentar e descrever a língua, tornam-se disponíveis à sociedade para realização do ensino linguístico por meio das práticas pedagógicas. Essa finalidade gramatical foi responsável pelo sucesso das sucessivas edições e o grande volume produtivo desses compêndios no século XIX.

Auroux (1992) concorda com o fato de que a história do conhecimento linguístico possui inúmeros trabalhos consagrados desde o início do século XIX e a multiplicação da produção gramatical que ocorre a partir dessa data, está ligada ao desenvolvimento institucional da pesquisa linguística. Esses trabalhos são classificados em três categorias: os que visam construir uma base documental para a pesquisa empírica, os que são homogêneos à prática cognitiva de que derivam e os que têm um papel fundador, quer dizer, os que se voltam para o passado com o fim de legitimar uma prática cognitiva contemporânea. O autor considera todo o conhecimento como uma realidade histórica e afirma que o ato de saber possui um horizonte de retrospectão e um horizonte de projeção. O saber não destrói seu passado, ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber, nesta linha de pensamento o Auroux nos leva a refletir sobre o papel do historiador, que é “se colocar a questão global da mudança (porquê, como, quando) e da essência dos objetos submetidos à mobilidade em si e para si” (AUROUX, 1992, p. 12).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Surgem algumas questões que urgem por respostas: sob que formas se constitui, no tempo, o saber linguístico? Como essas formas se criam, evoluem, se transformam ou desaparecem? A partir dessas reflexões devemos adotar três princípios: o da definição puramente fenomenológica do objeto, o da neutralidade epistemológica e o do historicismo moderado.

No que tange ao primeiro princípio, segundo Auroux, é comum em estudos históricos, assumir-se a ideia de que pra fazer a história de uma ciência há a necessidade de ter uma visão definida da natureza do seu objeto, mas, ao contrário, o historiador não deve ter essa visão, pois é preciso situar o objeto em relação a um campo de fenômenos, apreensível à altura da consciência cotidiana, “seja a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituíram a seu respeito, este é nosso objeto”(AUROUX, 1992, p. 13).

A neutralidade epistemológica, esse segundo princípio, decorre da forma com que se aborda o objeto. É preciso partir de uma visão imparcial do que seja ciência ou não. Em outras palavras, não cabe ao historiador conceber algo como ciência, por obediência a determinadas filiações ou correntes científicas em que se sustenta, é necessário levar em conta que “todo saber seja um produto histórico significa que ele resulta a cada instante de uma interação das tradições e do contexto” (AUROUX, 1999, p. 14).

Quanto ao historicismo moderado, deve-se reconhecer o valor do objeto em seu devir histórico, portanto o valor dos conhecimentos é “ele mesmo uma causa em sua história” (AUROUX, 1992, p. 15).

Auroux (1992) assevera que a gramática contém uma categorização das unidades, exemplos e regras para construir seus enunciados. Seus conteúdos são relativamente estáveis: ortografia, fonética, partes do discurso, morfologia, sintaxe, figuras de construção. A constituição de um *corpus* de exemplos é um elemento decisivo para a gramatização, por duas razões, uma por ser o núcleo da língua normatizada e outra por ser construtos teóricos, que sempre testemunham uma certa realidade linguística. Os exemplos podem não somente disfarçar a ausência de certas regras como também ser usados para negá-las ou justificar outras descrições – e outras regras. A categorização das unidades compreende os termos teóricos e uma fragmentação da cadeia falada. As regras podem ser encaradas como prescrições ou descrições. Toda gramática, no entanto, “equivale, pois, a um corpus de afirmações suscetíveis de serem verda-

deiras ou falsas. É por aí que ela é uma descrição linguística” (AUROUX, 1992, p. 68).

Considerando globalmente o desenvolvimento das concepções linguísticas europeias no período que vai do século V até o fim do XX, o autor afirma que houve uma gramatização massiva das línguas do mundo, inicialmente, pela tradição greco-latina, que constitui a segunda revolução tecno-linguística, trazendo consideráveis mudanças na organização das sociedades humanas. A primeira grande revolução ele atribui à escrita. Essa concepção de Auroux nos dá a base necessária para a empreitada que se evidencia nesta pesquisa, por razão de impulsionar a tarefa de investigar os fenômenos descritos nas produções gramaticais do século XIX, objetos linguísticos que são parte do acervo histórico do nosso país.

Para um maior entendimento, é relevante delimitar as funções das gramáticas escolhidas para o *corpus*. As gramáticas do período racionalista, entre outras intenções de seus autores, eram produzidas para fins exclusivamente pedagógicos, para a descrição da língua à luz das teses filosóficas, de caráter normativo com base nos princípios do universalismo linguístico. As do período científico, além da finalidade pedagógica, havia a científica, a descrição da língua era de forma analítica e à semelhança dos seres vivos, as produções tinham o caráter normativo-descriptivo e a língua era concebida como entidade individualizada. Essa breve descrição das concepções gramaticais do século XIX será esmiuçada e aprofundada durante a pesquisa em curso.

7. O conceito de verbo nas gramáticas do século XIX

Escolhemos duas gramáticas para este trabalho como já foi dito, a gramática portuguesa de Júlio Ribeiro, representando o pensamento do período científico e a Gramática portuguesa: Acomodada aos princípios gerais da palavra seguidos de imediata aplicação prática de Francisco Sotero dos Reis, representando as gramáticas do período racionalista.

Nos limites deste artigo, será feita uma pequena abordagem acerca do tratamento dado ao verbo pelos referidos autores, sobretudo o conceito exposto por eles.

Ribeiro conceitua verbo como “uma palavra que enuncia, diz ou declara alguma cousa. O verbo implica sempre uma asserção ou predicação” (RIBEIRO, 1885, p. 73). Em seguida o autor define verbo intransitivo como aquele que enuncia um estado ou mesmo uma ação que não se

exerce diretamente sobre um objeto e verbo transitivo como aquele que enuncia uma ação que exerce diretamente sobre o objeto. Para explicar essas conceituações, Ribeiro (1885) assevera que as classificações dadas se fundamentam na natureza do predicado contido no verbo, esta natureza apresenta-se de duas maneiras, como intransitivos – os verbos apresentam-se como simples estado; como puro modo de ser de um objeto, por exemplo, o verbo *tombar* é intransitivo porque “a qualidade que notamos no objecto que é tombante (termo fictício) nos aparece como puro modo de ser desse objecto, como simples mudança de lugar que elle efectua de um momento para o outro” (RIBEIRO, 1885, p. 74). E como transitivos, os verbos apresentam-se como o estado de um objeto, como o modo de ser desse objeto, que pode produzir ou produz algum efeito sobre o outro objeto (ex.: verbo *ferir*, *quebrar*, *amar*), eles são transitivos porque o objeto a que eles se referem exercem uma ação que atua sobre o outro objeto estranho que passa “para sobre” ele (RIBEIRO, 1885, p. 74). Ao final, ele explica que os verbos *andar* e *tombar* não são transitivos porque as ideias das qualidades andante e tombante, que esses verbos encerram, não representam o objeto que tais qualidades são predicadas, como exercendo ação sobre o outro.

Sotero dos Reis (1871) conceitua verbo como a palavra que serve para afirmar a existência da qualidade na substância, pessoa ou coisa, e, por conseguinte, o nexos ou cópula, que une o atributo do sujeito da proposição, frase, sentença ou enunciado de juízo. E continua como se estivesse dialogando com o leitor sobre o que os demais autores de sua época pensavam a respeito de verbo: “diz-se também que é a palavra por excelência porque dá vida ao discurso, que sem ela não pode existir” (REIS, 1887, p. 39). Em seguida o autor discorre sobre a definição de verbo remetendo-se ao tratamento que lhe é dado na linha de pensamento filosófica:

A forma primitiva do verbo é uma e única em todas as línguas: na portuguesa, Ser, que quer dizer, ser ente, indeterminadamente; nas outras, equivalente de, Ser. Divide-se, porém, o verbo em substantivo e atributivo ou adjetivo, segundo se acha em sua forma primitiva, ou unido ao atributo, como, Viver, que quer dizer, ser vivente. (REIS, 1887, p. 39)

A definição de verbo transitivo é dada com as seguintes palavras: “chama-se transitivo o verbo atributivo quando passa a ação do sujeito a outro sujeito diverso em que ela se emprega, e que se denomina, complemento direto ou objetivo do verbo. (REIS, 1887, p. 94), para ilustrar sua afirmação, o autor exemplifica com “Pedro estuda a gramática” e explica que neste exemplo a ação exercida pelo sujeito recai sobre a gramá-

tica, que é um sujeito diverso de Pedro. Em seguida afirma que é fácil fazer essa constatação, transformando a oração para a passiva da seguinte forma: “A gramática é estudada por Pedro.” (REIS, 1887, p. 94).

8. Considerações finais

Em qualquer trabalho historiográfico, entende-se que é imprescindível assumir uma postura interpretativa cuidadosa, frente aos textos antigos. Essa postura, que persistimos, diz respeito à investigação do *corpus* com base nos princípios da Historiografia Linguística, ou seja, osda contextualização, imanência e adequação, em obediência às diretrizes teóricas de Koerner, a fim de assegurar efetivamente o tratamento adequado às descrições gramaticais escolhidas para o estudo.

Esse olhar historiográfico permite que, mesmo estando cronologicamente distante daqueles filólogos do século XIX, apreciemos de perto suas produções, interpretando suas descrições, fidedignamente à maneira como eles conceituavam, por exemplo, o verbo, nosso objeto de estudo.

Em Sotero dos Reis, percebemos que as descrições realizadas se constituem na linha da gramática filosófica (1822) de Jerônimo Soares Barbosa, assim como as várias gramáticas do período racionalista, época em que ele, assim como seus pares, primavam pelo ensino da norma literária de nível elementar.

Segundo Cavaliere, este período “deixou marcas profundas no ensino do português do século XIX, constituindo, sem dúvida o primeiro modelo de produção gramatical que perdurou por mais de uma geração de estudiosos da língua vernácula” (CAVALIERE, 2002, p. 110).

O conceito de verbo em Sotero dos Reis é apresentado como “a palavra que serve para afirmar a existência da qualidade da substância, pessoa ou coisa” (REIS, 1887, p. 38)e, mais adiante, seguindo os passos de Arnauld e Lancelot, ao dizer que o verbo “Ser” divide-se em verbo substantivo e verbo adjetivo, admite a tradição filosófica, uma vez que assume essa ideia de verbo. Nessa concepção o verbo substantivo (ser) é tratado como a forma primitiva do verbo em português, os demais verbos são combinados com o atributo, ou “unidos” ao atributo, como o verbo adjetivo viver, que quer dizer vivente.

Em Júlio Ribeiro nota-se o novo pensamento do modelo científico. Ele apresenta o verbo como “uma palavra que enuncia, diz ou declara

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

alguma coisa. O verbo implica sempre uma asserção ou predicação” (RIBEIRO, 1885, p. 73). Ribeiro concebe o verbo como uma das categorias gramaticais dentre as oito que compõem a gramática. Ele conceitua a taxionomia como a “distribuição das palavras em grupos de ideias de que se compõe o pensamento.” (RIBEIRO, 1885, p. 61).

É importante registrar que esse estudo não se esgota nestas páginas, interessa-nos continuar as investigações referentes ao verbo, como bem foi exposto nas considerações iniciais, contudo, finaliza-se este texto, aproveitando o ensejo para registrar que os dois autores, Sotero dos Reis e Júlio Ribeiro, não obstante sejam representantes de duas correntes distintas, ambos trouxeram contributos significativos para os estudos linguísticos do Brasil, cada um em sua época e da forma como entendiam os fatos da língua. Citam-se, por exemplo, algumas contribuições, as inúmeras edições de suas gramáticas, a aplicação pedagógica de seus trabalhos e a larga contribuição no âmbito educacional, além disso suas obras significaram o rompimento de modelos anteriores aos de suas respectivas épocas. Salienta-se que Júlio Ribeiro, sendo um estudioso da língua e fervoroso conhecedor das novas tendências de seu tempo, contribuiu de forma exemplar, iniciando a gramática científica e servindo de modelo para outros autores gramaticais.

Tem-se aqui o intuito de se fazer um estudo mais aprofundado sobre o tema, em trabalhos futuros, dando continuidade às investigações em gramáticas do período racionalista e científico e primando pela memória da história dos estudos linguísticos do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Unicamp, 1992.

BATISTA, R. O. *Introdução à historiografia da linguística*. Prefácio de Maria Mercedes Saraiva Hackerott. São Paulo: Cortez, 2013.

CAVALIERE, R. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. In: *Confluência*: Revista do Instituto de Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, n. 23, p. 102-20, 1º sem. 2002.

_____. Gramaticografia da língua portuguesa no Brasil: tradição e inovação. In: *Limite*: Limite Revista de Estudios Portugueses y de laLusofonia. Universidade de Extremadura. ISSN: 1888-4067, n 6, pp. 217-236,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

2012. Disponível em: file:///C:/Users/cleid/OneDrive/Documents/MESTRADO/RICARDO%20CAVALIERE/A_gramaticografia_no_Brasil_tradicao_e_i.pdf. Acesso em: 19 de out. de 2019.

_____. *A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

FÁVERO, L. L. O verbo na tradição gramatical brasileira. In: *Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, n. 47, p. 102-20, 1º sem. 2015. Disponível em: <<http://lp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/article/view/109/65>>. Acesso em 19 de out. 2019.

KOERNER, E. F. K. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Vila Real: Prefácio de Carlos Assunção, sel. e ed. textos Rolf Kemmler e Cristina Altman, UTAD, 2014.

MACIEL, M. *Grammatica descriptiva: Baseada nas doutrinas modernas*. 5. ed. Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves & Cia, 1914 e Paris, Lisboa: Aillaud, Alves & Cia, 1914.

REIS, F. S. dos. *Grammatica portugueza: Accomodada aos princípios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica*. 2. ed. Revista, corrigida e anotada por Francisco Sotero dos Reis e Americo Vespuccio dos Reis. Maranhão: Typ. de R. d'Almeida & C., 1871..

RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza: Curso superior*. 17. ed, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1915.

RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza*. 2. ed. São Paulo: Teixeira & Irmao, 1885.

SILVA, Augusto Freire da. *Grammatica portugueza*. 9. ed. São Paulo: Augusto Siqueira & Comp., 1906.

SWIGGERS, P. *A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização*. Confluência. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 45, p. 39-59, 2º sem. 2013.

_____. *História, Historiografia da Linguística: status, modelos e classificações*. Trad. de Cristina Altman. Eutomia, V. 2, 2º sem. 2010. Disponível em: [<https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/1702/1289>]. Acessado em: 19 out. 2018.